

A construção da resiliência em Moçambique. A cooperação portuguesa em Cabo Delgado

José Carlos de Melo Amaro

Os segmentos que se seguem, abordam a temática da resiliência humana aplicada ao contexto socioeconómico e político de Moçambique, com especial destaque para a situação de Cabo Delgado, observando-se também os determinantes papéis que as línguas, religiões e culturas poderão assumir no processo de construção de interesses e de identidades. As últimas secções do artigo, resumem a atuação da Cooperação Portuguesa e a forma como a língua portuguesa se poderá materializar em resiliência, seja na forma de língua materna e administrativa de Moçambique, ou como plataforma de diálogo no âmbito da cooperação.

Resiliência no contexto socioeconómico e político de Moçambique

Moçambique, como um dos países mais vulneráveis à escala planetária

aos impactos das alterações climáticas, e com níveis de desenvolvimento socioeconómico que o coloca entre os mais frágeis à nível global, tem experienciado um período de perturbação política, social e económica bastante conturbado e complexo. Alguns indicadores demográficos apontam para um crescimento populacional significativo nas duas últimas décadas, passando de 16 milhões de habitantes em 1997, para cerca 30,3 milhões em 2019, com a particularidade de mais de metade destes (cerca de 52%) se encontrar na faixa etária abaixo dos dezoito anos.

Com cerca de 63% da população a viver no limiar da pobreza, com rendimentos abaixo dos dois dólares por dia, a situação de precariedade tem vindo a ser perpetuada face a ocorrência cada vez mais frequente de fenómenos climáticos extremos, a propagação contínua de doenças (HI-

V-SIDA e malária), a pressão resultante do contraste existente entre a baixa produtividade agrícola face ao enorme aumento populacional, agravado ainda pelo acentuar das desigualdades - que se manifestam essencialmente na forma de desigualdades de género e de desigualdades territoriais.

“(..) muitas das questões afetas à cooperação e ao desenvolvimento não se podem desassociar de uma realidade construída a partir das identidades e dos processos que consubstanciam os interesses dos distintos atores envolvidos(..)”

Tabela 1. Índice de Desenvolvimento Humano 2013-2019

Ano	IDH	Ranking IDH
2019	0,456	181°
2018	0,452	181°
2017	0,446	181°
2016	0,441	180°
2015	0,433	181°
2014	0,425	183°
2013	0,417	183°

Fonte: countryeconomy.com (2022)

Tabela 2. Correlação de variáveis

Projeto	Implementador	Financiamento	ODS	Correlação
Emprego +	Camões I.P.	UE e Camões I.P. 4.200.000 EUR	5, 8, 10 e 17	Negativa - ODS 13
Karibu	HELPO	Camões I.P. e Fundação Galp 200.482 EUR	4	Positiva
Redes para a Proteção	HELPO e CV	Camões, I.P., Mozambiques e Galp 179.867 EUR	1, 4 e 16	Positiva
Saúde preventiva e curativa	UNICEF e Delegações Saúde	UNICEF/UE 1.500.000 EUR	3	Positiva
Apoio à resposta à emergência nutricional	HELPO e Delegações Saúde	UNICEF 50.305 EUR	2, 3, 5 e 6	Positiva

Fonte: Amaro, 2023: 111-118

No contexto da província de Cabo Delgado, o caos social e humanitário que se vive na região, em consequência do conflito violento que se iniciou em 5 de outubro de 2017 em Mocímboa da Praia, contrasta com as expectativas geradas em torno do anúncio da descoberta de importantes reservas de Gás Natural no offshore da Bacia do Rovuma em 2010, alimentando dessa forma o debate em torno da “maldição dos recursos naturais”.

Entre os muitos estudos e abordagens que têm procurado contextualizar a atual situação de Moçambique, o histórico de resiliência do povo moçambicano tem sido identificado como um dos principais elemento-chave. Aludir ao conceito de resiliência humana, num contexto em que as populações se debatem com a ocorrência cada vez mais frequente de fenómenos climáticos extremos, associada à precariedade estrutural de uma sociedade multiétnica, multilinguística, multicultural e multirreligiosa, adquire um maior significado num ambiente marcado pela violência extrema.

Se o conflito de Cabo Delgado acarretou graves consequências humanitárias, securitárias e socioeconómicas,

particularmente para as comunidades da região norte, e em geral para o país, também deixou a descoberto uma diversidade de questões que merecem ser abordadas, não apenas pelas distintas perspetivas de todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, sofreram e têm sofrido com as suas consequências, como também pelo seu enquadramento mais amplo, numa clara alusão às dimensões em que se cruzam as políticas internas do Estado, as política de cooperação, os interesses geopolíticos – especialmente os da geopolítica da energia – e as questões securitárias, sociais e ambientais subjacentes. Da mesma forma, muitas das questões afetas à cooperação e ao desenvolvimento não se podem desassociar de uma realidade construída a partir das identidades e dos processos que consubstanciam os interesses dos distintos atores envolvidos nas diversas dinâmicas inerentes à cooperação.

Quanto ao contexto político, muito se tem debatido em torno das questões afetas à governação, apontada como um mau exemplo, no qual se alimentam condições para o nepotismo, a corrupção, mobilizações forçadas

de populações que se traduzem na predação de bens públicos, refletindo também algumas das denúncias apontadas por elementos de ONG, meios de comunicação social, investigadores e mesmo por representantes de países doadores. No caso concreto da província de Cabo Delgado, a aparente negligência das suas populações por parte do governo, não apenas fez aumentar a perceção do favorecimento de uma elite identificada como uma minoria na região – o que se tem vindo a repercutir em termos de assimetrias socioeconómicas – como também se encontra na origem de clivagens étnicas e políticas, alimentando o descontentamento das populações e exacerbando os ressentimentos entre uma faixa etária maioritariamente jovem, carente de oportunidades para satisfazer as suas necessidades básicas, o que poderá explicar as causas estruturais do conflito.

Em relação às políticas de cooperação, importa distinguir as distintas áreas de abrangência, levando em consideração que as carências do povo moçambicano se refletem em praticamente todas as dimensões. Na dimensão securitária, ficaram bem patentes as

lacunas das forças de segurança moçambicanas ao tentar manter infrutiferamente o conflito de Cabo Delgado sob a sua esfera de ação. Criticado por priorizar a proteção dos investimentos de exploração de hidrocarbonetos em detrimento das suas populações, o governo moçambicano, sujeito a pressão resultante da “transnacionalização” do conflito, acabou por apelar a intervenção regional e internacional.

“Num contexto multilinguístico e multicultural, como o de Cabo Delgado, a língua portuguesa, enquanto língua oficial e administrativa do Estado, poderá representar um importante fator para a construção e promoção da resiliência das comunidades(...)”

A Southern African Development Community (SADC) e o Ruanda contribuíram com militares no terreno. Os Estados Unidos da América (EUA), a França e a União Europeia (UE), viriam a cooperar através do fornecimento de treino às unidades antiterrorismo. Portugal, que até então mantinha programas-quadro de cooperação com Moçambique no domínio de defesa, acabou por reforçar essa parceria com o alargamento do contingente e abrangência do programa. Algumas ilações geopolíticas poderão ser tiradas pelo significado representado pela presença no território de grupos

de segurança privada da potência regional, a África do Sul (Dyck Advisory Group), da Federação Russa (Wagner Group), para além da presença das tropas mencionadas anteriormente, ao que se acrescem as preocupações das multinacionais, e de diversos fundos internacionais, com investimentos avultados na região.

Destaca-se pela positiva a forma como o governo de Moçambique soube gerir com os seus parceiros da comunidade internacional a resposta de Assistência Humanitária, que em parceria com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), não apenas mitigaram os efeitos do conflito, como também os da devastação causada pela passagem dos ciclones Kenneth e Idai, em 2019, e desde 2020, com as respostas sanitárias à pandemia da COVID-19. Ao pedido de assistência do governo de moçambicano para cerca de 1,1 milhões de pessoas, a ajuda chegou a cerca de 1,32 milhões pessoas, tendo sido financiados cerca 193 milhões de dólares.

A língua portuguesa como instrumento na construção de interesses e de identidades

A riqueza associada ao contexto sociolinguístico de Moçambique sugere uma extensão de fronteiras linguísticas que poderão transcender as fronteiras físicas do Estado, e o mesmo acontece na província de Cabo Delgado, em que predominam como línguas locais o Yao, Chimakond, Emacua, Kimwani, Ngoni e o Swahili, integradas no grupo linguístico Bantu. Também a sua identidade cultural se encontra estritamente ligada à reli-

gião e a cultura islâmica, perdurando desde o período pré-colonial até a atualidade. A Conferência de Berlim (1884-1885), foi um marco determinante para que o processo de colonização de África congregasse num só objetivo o domínio dos europeus sobre os africanos, através da língua e da disseminação do cristianismo.

Durante a guerra pela independência, a língua portuguesa fora instrumentalizada politicamente pela FRELIMO, com o objetivo de congregar as diversas etnias em torno de uma única identidade, na luta contra os colonizadores. Neste sentido, poder-se-á considerar que a língua, a religião e a cultura são indissociáveis do processo de construção de identidades em Moçambique e, em concreto, na província de Cabo Delgado, em distintos períodos. Hoje, tal como no passado, poder-se-á considerar que a língua portuguesa se materializa como um elemento congregador de distintos interesses para o Estado moçambicano, no sentido em que facilita a projeção do seu poder sobre a extensão de todo o seu território, contribuindo para a construção de uma identidade partilhada em torno da unificação das suas instituições. Neste sentido, é fundamental que o Estado moçambicano se afirme como a única alternativa identitária, capaz de promover o bem-estar do cidadão e das comunidades.

A língua portuguesa como vetor para a construção da resiliência

Num contexto multilinguístico e multicultural, como o de Cabo Delgado, a língua portuguesa, enquanto língua

Mapa de Moçambique



Fonte: pom.org.br

oficial e administrativa do Estado, poderá representar um importante fator para a construção e promoção da resiliência das comunidades, embora sujeita a condicionalismos. Para que tal aconteça, terá de existir uma convergência naquilo que são os interesses que desagregam as instituições estatais, e que fomentam a criação de identidades reivindicativas, que independentemente das suas raízes étnicas, culturais e religiosas, procuram oportunidades que satisfaçam as necessidades relacionadas com o seu bem-estar. Na origem da criação dessas identidades reivindicativas, que à partida não se revêm numa identidade coletiva simbolizada pela nação moçambicana, encontram-se os fenómenos associados à corrupção, atividades ilícitas como o tráfico de droga, marginalização, negligência no serviço

prestado às populações, mobilizações forçadas sem o devido ressarcimento, desigualdades sociais, pobreza extrema ou mesmo a violação dos direitos humanos.

Perante este cenário, a língua portuguesa, como língua oficial do Estado, poderá ser interpretada por essas comunidades reivindicativas como a língua do opressor. Uma proposta para a solução deste hiato poderá residir na aplicação de políticas dirigidas e localizadas, com vista a promover o desenvolvimento socioeconómico da região, atendendo às necessidades das populações, através da criação de emprego, acesso à educação e à saúde, criação de infraestruturas essenciais e a fomentação do diálogo, em respeito com as culturas, línguas e religiões. Reforçando o papel do Estado mitigam-se as clivagens e as reivindi-

cações e, neste sentido, a promoção e acesso ao “português”, como a língua oficial da administração, do ensino e do conhecimento, vai ao encontro do conceito de resiliência mais amplo.

O paradoxo da (in)sustentabilidade

A dimensão política e estratégica da língua portuguesa, no âmbito das principais áreas de atuação da Cooperação Portuguesa (CP), não apenas potencia a sua aprendizagem, como também promove e reforça a resiliência das comunidades abrangidas, embora condicionalmente, uma vez que terão de ser consideradas as distintas tipologias dos projetos de cooperação e o horizonte temporal dos seus impactos. Foi possível verificar através de uma amostra de exemplos concretos de programas de distintas modalidades de cooperação, que consubstanciam a atuação da CP em Moçambique, uma correlação positiva entre o desempenho da cooperação, a língua portuguesa e a construção e promoção da resiliência, nos projetos afetos a área do ensino e também da assistência humanitária, destacando-se também o importante papel que tem vindo a ser desempenhado pelas OSC. Um desses exemplos foi o projeto “Karibu”, implementado pela Associação Helpo entre janeiro de 2021 e dezembro de 2022, que correspondendo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade), visou a integração escolar dos deslocados internos em Cabo Delgado, no Bairro Mahate no Distrito de Pemba, contribuindo para que as crianças abrangidas pelo programa

pudessem vir a completar os ensinamentos básico e secundário. Também sob a implementação da Associação Helpo, e em parceria com a Cruz Vermelha, destaca-se o projeto “Redes para a Proteção - Ativação de Redes Comunitárias e Institucionais para a Proteção de Crianças e Jovens deslocados em idade escolar”, adereçado aos ODS 1, 4 e 16 (Erradicação da pobreza; Educação de qualidade; Paz justa e instituições eficazes), tendo como um dos aspetos mais relevantes dos seus objetivos, a capacitação das escolas e comunidades locais para a prestação de apoio psicossocial às vítimas. Trata-se de um elemento essencial para se adereçar o conceito de resiliência ao nível de análise micro, o que no caso dos deslocados, vítimas de violência extrema ou de pressões resultantes de catástrofes naturais, tem uma importância vital, como parte do seu processo de transformação individual, sobretudo quando a grande maioria dessas pessoas são crianças.

Já na dimensão afeta ao desenvolvimento, a pesquisa identificou um paradoxo de (in)sustentabilidade, no exemplo do Projeto de Cooperação Delegada EMPREGO+, uma vez que dá resposta as necessidades de curto e médio prazo, mas com efeitos que poderão ser negativos à longo prazo, por centrar toda a sua atividade em torno da indústria extrativa relacionada com a exploração de hidrocarbonetos. Trata-se de um paradoxo de (in)sustentabilidade no sentido em que os visados pela abrangência do projeto, são precisamente aqueles que mais se encontram vulneráveis aos impactos resultantes das alterações climáti-

cas, como no caso das populações de Cabo Delgado.

Referências

- Amaro, JCM (2023). A língua portuguesa como vetor para a promoção e construção da resiliência em Moçambique. A atuação da cooperação portuguesa em Cabo Delgado (2011-2021) (Master's thesis). Lisboa: Repositório UAL. [online] Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/6391>. Consultado em 12.jun.23.
- OCHA, Moçambique (2022) - Quadro da Resposta Humanitária janeiro 2021 - fevereiro 2022. [Em linha]. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/mozambique-humanitarian-response-dashboard-january-2021-january-2022-enpt>. [Consultado em 16.jun.22].
- Timbane, Alexandre (2014) - Que português se fala em Moçambique? Uma análise sociolinguística da variedade em uso. Vocabulo, Revista de Letras e Linguagens Mediáticas. [Em linha], janeiro 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305683119_Que_portugues_se_fala_em_Mocambique_Uma_analise_sociolinguistica_da_variedade_em_uso. [Consultado em 20.out.22]. ISSN 2237-3586.
- UNICEF (2022) – Principais Indicadores Socioeconómicos da Província de Cabo Delgado 2022. [Em linha]. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/media/4526/file/Principais%20Indicadores%20Sociodemogr%C3%A1ficos%20da%20Prov%C3%AAdncia%20de%20Cabo%20Delgado.pdf>. [Consultado em 16.jun.22].
- Wensing, Anneke (2022) - Fuelling the Crisis in Mozambique: How Export Credit Agencies contribute to climate change and humanitarian disaster. Friends of the Earth Europe and Justiça Ambiental (Friends of the Earth Mozambique). [Em linha], 16.mai.22. Disponível em: <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/05/Fuelling-the-Crisis-in-Mozambique.pdf>. [Consultado em 25.set.22].